



### **SOLIDARIEDADE COM OS SINDICATOS GREGOS EM LUTA**

A crise económica e social da Grécia e a forma como os outros países da (suposta) União Europeia se tem comportado vem dar uma lição que os trabalhadores portugueses não devem esquecer. Se o rotundo NÃO ao diktat da Alemanha e do Eurogrupo expressado pelo povo grego no referendo do passado dia 5 de Julho nos empolgou, pela prova de dignidade e coragem, numa demonstração de que não há campanhas de atemorização que consigam abafar o orgulho de um povo digno, já a assinatura do acordo do dia 13, que afinal significa aplicação das medida de "austeridade" antes recusadas, a que depois se seguiu a aprovação no parlamento grego, nos surpreende.

Surpreende-nos pela contradição, por ver uma maioria de deputados do Syriza votando ao lado dos partidos responsáveis pela situação catastrófica da economia e das finanças públicas, mas reconhece-se que a situação é extremamente complexa: sair já da "zona euro" teria custos incalculáveis, mas também manter-se na zona do euro, portanto no quadro das actuais regras do FMI e UE - com a economia asfixiada pela dívida e com credores inflexíveis à porta - não vai resolver o problema nem aliviar os sacrifícios das famílias gregas. Sendo a dívida grega insustentável, isto é, não pagável, como já reconhece o FMI, é inevitável que a aceitação do acordo vai manter a economia em recessão e, portanto, a crise social só poderá aprofundar-se.

Do caso grego podem tirar-se várias ilações, a primeira das quais é a de que a chamada "União" Europeia não é um corpo de países associados num projecto de solidariedade democrática, trabalhando para uma coesão económica e social dos países. Se ainda havia gente com ilusões ou dúvidas sobre a natureza desta "união", aqui está este caso para as desfazer. Pelo contrário, a UE é uma amálgama heterogénea de países concebida para beneficiar a banca internacional e um pequeno número de países fundadores que, perante a crise social grega, se comportou, não como organização sensível à situação de um seu membro que precisava de ajuda, mas tão só como prestamista exclusivamente preocupado com uma coisa: receber os dividendos dos empréstimos, custe o que custar. Ou seja: na dita UE não há já lugar para países em dificuldades, que se vão desenvolvendo conforme podem, a diferentes velocidades mas convergindo no sentido de uma coesão económica e social. A países com dificuldades na sua economia, como são os casos da Grécia e Portugal, apenas cabe contribuir para os ganhos dos países com economias fortes, donde sobressai a Alemanha. Perdeu a guerra em 1945 mas domina já a Europa sem recorrer às armas de fogo. É o sistema capitalista no seu esplendor, sem qualquer máscara de rosto humano.

Uma segunda constatação é que o governo do Syriza, nas suas diligências para resolver o problema grego, não teve da parte dos partidos ditos "social-democratas" mais solidariedade e compreensão do que dos partidos da direita assumida, como seria suposto, considerando a sua matriz ideológica. O caso do ministro socialista holandês das Finanças, chefe do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem de seu nome, é paradigmático. Afinal as ajudas que a Grécia pedia não eram para especulações bolsistas, mas para combater uma gravíssima crise social e económica que é, em grande parte, fruto de políticas neoliberais e de corrupção de governos passados. Destes destaca-se a governação do PASOC (o equivalente grego do Partido Socialista português) e, mais recentemente, imediatamente antes do Syriza, a governação do Partido da Nova Democracia (o equivalente do PSD).

Os níveis de pobreza que se registam entre os reformados e idosos são dramáticos, bem como o nível de desemprego, que é dos mais altos do espaço europeu (só entre os jovens é da ordem dos 50%). Tudo em nome da receita de "austeridade" (entenda-se destruição da economia) da tróica FMI-BCE-UE e de outros "remédios" do "simpósio terapêutico" neoliberal também aceites pelos partidos PS, PSD e CDS em Portugal. Sem dúvida que as medidas que o parlamento grego aceita agora apenas irão aprofundar a recessão da economia; por exemplo, só o aumento da taxa do IVA de 13% para 23% vai ter um impacto tremendo no custo de vida, por encarecer a alimentação, os transportes, os bilhetes dos transportes e até os funerais. E apesar de todos os sacrifícios a dívida da Grécia continuará impagável. Se assim é, por que razão insistem os "parceiros" europeus em medidas que só trazem mais sofrimento ao povo grego? Vingança, pela veleidade de ter votado num partido desalinhado com a corrente ideológica dominante no espaço europeu e que não aceitava docilmente políticas asfixiantes que a tróica FMI-UE-BCE impunha?

Nesta conjuntura complexa e difícil para a democracia grega, a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos manifesta desde já toda a compreensão pelo protestos populares e lutas que fatalmente vão continuar a ocorrer por todo o país, e solidariza-se incondicionalmente com os trabalhadores gregos e todos sindicatos que os mobilizam e organizam para combater qualquer ilusão de que é possível uma solução para a crise com medidas políticas da ementa neoliberal. Estamos certos que, através da luta, os trabalhadores gregos conseguirão sair do fosso onde foram metidos e vão recuperar a soberania plena para a Grécia.

Lisboa, 23 de Julho de 2015

O Secretariado Executivo da CPQTC